

Manifesto Cultural da Terra de Miranda¹

Os signatários abaixo indicados, agentes culturais da Terra de Miranda, vêm chamar a atenção do País para a correção de uma grave injustiça que necessita urgentemente de ser reparada.

Foi divulgado recentemente que a Comissão Europeia autorizou a venda de seis barragens localizadas em Trás-os-Montes, três das quais se situam na Terra de Miranda, nos Municípios de Miranda do Douro e Mogadouro.

O valor da venda anunciado é de 2210 milhões de euros.

A produção destas três barragens representa cerca de 1/3 da produção de energia hidroelétrica total da concessionária. Trata-se, por isso, de unidades industriais de grande dimensão e que em muito contribuem para a riqueza e a prosperidade do nosso país.

Dessa riqueza ganham muitos, nomeadamente:

- 1) A empresa concessionária da exploração das barragens, pelos lucros que anualmente produzem estes equipamentos e pela mais-valia extraordinária que vai auferir com a venda das concessões.
- 2) O Estado Português, que irá cobrar 5% daqueles 2210 milhões de euros, a título de Imposto do Selo, pela venda das barragens. Esse imposto foi sempre receita do Município de Miranda e apenas deixou de o ser por decisão do poder central a partir de 2003.
- 3) O Estado, por receber também o IRC sobre os lucros da concessionária resultantes dessa operação.
- 4) O Estado, de novo, por receber o IRC dos lucros da concessionária, gerados por estas barragens.
- 5) O Estado, ainda, ao receber anualmente centenas de milhões de euros do IVA da venda da eletricidade produzida por estas barragens.
- 6) A Câmara Municipal de Lisboa, dado que a Derrama Municipal é paga em função do domicílio dos trabalhadores da concessionária, que

¹ A Terra de Miranda é uma entidade histórica, geográfica e cultural, cujo território abarca, grosso modo, os atuais concelhos de Mogadouro, Miranda do Douro, parte dos concelhos de Vimioso e Freixo de Espada à Cinta e também algumas localidades dos municípios de Bragança e de Macedo de Cavaleiros. A sua identidade e a sua unidade apoiam-se, entre muitos outros elementos comuns, em modos de vida, tradições, manifestações culturais, no falar e no sentir que, ao longo dos séculos, configuraram formas culturais específicas de estar, de ver e de sentir o mundo.

que ao longo dos anos os foi deslocalizando para outras partes do país, deixando na Terra de Miranda apenas a exploração dos recursos.

- 7) A Agência Portuguesa do Ambiente, que cobra uma taxa à concessionária, designada de Taxa de Recursos Hídricos, em função do número de metros cúbicos que passam por estas barragens.
- 8) O Fundo Ambiental, para que vão metade das receitas daquela taxa e a quem cabe a reposição do equilíbrio ecológico nas margens do rio.

Desta imensa riqueza produzida pelos recursos naturais da Terra de Miranda nada sobra para as gentes desta Terra, a não ser um valor mínimo da Derrama Municipal. Este modelo de canalização de toda a riqueza produzida na Terra de Miranda para fora não é justo e deve ser corrigido.

Acresce que os custos da construção e da exploração desses empreendimentos são, em grande parte, suportados pelos habitantes da região, nomeadamente:

1. Os impactos ambientais da construção das barragens:

- a. No centro da cidade de Miranda existe ainda hoje uma pedreira de dimensões inaceitáveis, criada pela extração de granito em grande escala para a construção da barragem e que continua a ser de extrema perigosidade, tanto para a segurança como para a salubridade públicas. Esse atentado ecológico deve ser urgentemente reparado. Em Bemposta existe também uma pedreira a céu aberto, que também nunca foi requalificada.

- b. As infraestruturas e construções que serviram de estaleiro à construção das barragens. Em Miranda existem muitos edifícios abandonados e muitas infraestruturas viárias deixadas ao abandono, que se converteram em fatores de degradação ambiental e de perigosidade para a segurança das populações. Muitos destes edifícios contêm materiais perigosos, nomeadamente amianto.

- c. Em Picote existem ainda, implantadas nas arribas, estruturas de apoio à construção da barragem há muito desativadas. Mais grave ainda é o estado de abandono a que a empresa concessionária votou o aldeamento construído para albergar os trabalhadores das barragens, designado por Barrocal do Douro. Este património, classificado pelo Estado Português como Conjunto de Interesse Público, tendo em conta a sua monumentalidade e qualidade arquitetónica, é considerado como um raro exemplo da arquitetura industrial moderna em Portugal. Nele se inclui o Bairro dos Engenheiros, que tem sido objeto de estudo pelas escolas de arquitetura portuguesas, mas que se encontra ao abandono e em processo de degradação acelerada.

2. Foram destruídos para sempre equilíbrios ecológicos sedimentados ao longo de milénios nas Arribas do Douro.

3. Foram confiscados terrenos de elevado potencial agrícola, em nome de um desenvolvimento que apenas serve o interesse de alguns e não das comunidades que sempre os preservaram.

4. A paisagem ficou para sempre marcada pelas infraestruturas associadas à produção de energia, bem como ao seu transporte para os grandes centros, sendo que as linhas de alta tensão e as suas estruturas modificaram de maneira indelével a paisagem das Arribas do Douro.

Os subscritores deste Manifesto entendem que este paradigma não é justo. Não só porque a riqueza gerada pelos recursos da Terra de Miranda é transferida, praticamente na íntegra, para o Estado Central e para fora da Terra de Miranda, mas também porque o mesmo Estado Central nunca se preocupou em partilhar os custos resultantes da construção, exploração e manutenção dos empreendimentos, reparando os danos que foram produzidos nos recursos ambientais e económicos da Terra de Miranda.

Quando as barragens foram construídas, o concessionário de então (Hidro-Elétrica do Douro) beneficiou as populações com escolas, hospitais, habitações e outro património, como compensação pela construção. A Lei então vigente, Lei n.º 2002/1944, de 26 de dezembro, estabelecia que *sobre a importância da renda relativa à produção incidirá o adicional de 20 por cento destinado às câmaras municipais dos concelhos onde estejam situadas as obras de aproveitamento, a repartir entre elas na proporção, tanto quanto possível, do valor das expropriações ou compras de imobiliários efectuadas nas respectivas áreas* correspondente a 0,6% do valor de venda da energia produzida, que, entretanto, deixou de ser paga.

Nas últimas décadas, assistiu-se a um movimento de centralização que eliminou praticamente todos os postos de trabalho associados à exploração das barragens, um dos poucos benefícios sobranes desta atividade para a Terra de Miranda.

O Estado atribuiu uma concessão de exploração das barragens por 30 anos, que já há muito passaram, sem que as rendas resultantes dessa concessão tenham beneficiado as populações das regiões a que pertencem os recursos explorados e sem que elas sequer tenham sido informadas da recente renovação. Ao renovar a concessão, o Estado tem que auscultar as populações e os seus representantes, saber dos seus anseios e preocupações e incluir esses anseios e preocupações nas negociações a fazer com o potencial novo concessionário.

O Estado Democrático tem-se afirmado preocupado com o desenvolvimento do interior, a coesão territorial, a solidariedade interterritorial. Trata-se de uma preocupação de justiça e de equidade, com a qual os signatários estão de acordo. Porém, a verdade, é que, até agora, ao menos neste caso, a realidade tem sido contrária a estes enunciados. Mas, entendendo que o Estado Democrático estará sempre disponível para aumentar a solidariedade, a inclusão e a justiça, que os subscritores deste Manifesto estão convictos de que os órgãos e representantes democraticamente eleitos do nosso país estão empenhados em promover a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

A estas duas injustiças, de natureza económica e ambiental, que necessitam de ser reparadas, acrescem outras duas – uma injustiça cultural e uma injustiça histórica.

O Estado decidiu, através da Lei n.º 7/99, de 29 de janeiro, reconhecer os *direitos linguísticos da comunidade mirandesa* e o *direito a cultivar e promover a língua mirandesa, enquanto património cultural, instrumento de comunicação e de reforço de identidade da Terra de Miranda*. Porém, passados 20 anos, não houve um investimento sério na sua promoção, reforço de identidade e, sobretudo, na sua utilização como instrumento de comunicação.

Não existe apoio nem investimento à investigação científica e educativa que a própria lei refere, do mesmo modo que praticamente nada se fez para a sua utilização pelas instituições públicas da Terra de Miranda.

A Língua Mirandesa não é apenas a língua dos mirandeses. É também uma língua de Portugal e de todos os portugueses, um património precioso de que o País deve orgulhar-se. A cultura faz parte da economia e é sempre um investimento de elevada rentabilidade e gerador de riqueza e desenvolvimento.

No período anterior à democracia, a língua mirandesa e a cultura da Terra de Miranda eram ostracizadas e discriminadas pelo poder central. A democracia eliminou essas práticas, mas a falta de investimento pouco melhorou as coisas.

A riqueza linguística e a cultura da Terra de Miranda só têm sobrevivido, neste contexto de adversidade, pelo esforço verdadeiramente heroico dos agentes culturais locais, associações e indivíduos, que têm mantido vivo todo um património cultural do qual são símbolos, também nacionais, os Pauliteiros e a Gaita de Foles. Os seus trajes, saberes e modos de fazer, o teatro popular, os contos, as tradições e os rituais ancestrais, entre outros elementos, constituem um conjunto de valores que necessita de investimento e digna valorização por parte do Estado, ao abrigo de uma política cultural descentralizada, democrática e equitativa. É a esses agentes culturais que devemos que a Língua e a Cultura da Terra de Miranda se tenham transformado em motivo de orgulho de todos os portugueses. É necessário um investimento que dignifique a função do Estado, a quem cabe uma política cultural que se quer inclusiva.

Finalmente, há também uma injustiça histórica que importa reparar. A Terra de Miranda foi, historicamente, sacrificada na defesa da integridade territorial de Portugal. Miranda foi várias vezes destruída e, como está bem documentado, foi das primeiras praças militares a defender a independência nas crises de 1383/85, 1640 e 1711, tendo resultado na morte de muitos dos nossos antepassados. Porém, depois da última destruição da cidade, em 1762, a reconstrução, que chegou a ser projetada e planeada, nunca foi levada a cabo e a cidade foi deixada em situação de abandono. O país, que é a razão dessa destruição, não tomou como prioridade a reconstrução. É necessário reparar esta injustiça e reconstruir o património monumental da cidade.

A Terra de Miranda é Portugal, e sempre o será, como sempre escolheu ser. Os dois tratados fundadores da nacionalidade, o Tratado de Zamora, o

Tratado de Alcanhizes e o Tratado de Tordesilhas foram celebrados às nossas portas, determinando fronteiras.

A Terra de Miranda, que sofreu as dores do nascimento e da independência de Portugal, não se revê nestas quatro injustiças: económica, ambiental, cultural e histórica. Por essa razão, propomos que elas sejam corrigidas, promovendo assim uma efetiva justiça territorial, a coesão e a solidariedade.

Nós, que também somos representantes da Cultura da Terra de Miranda e interpretamos a dignidade de um povo, queremos que seja revisto o modelo de partilha da riqueza gerada no nosso território, pelos recursos que são próprios dos seus habitantes.

Propomos que uma parte da riqueza produzida pela exploração dos recursos endógenos desta região seja aplicada diretamente na nossa cultura, na recuperação do nosso património monumental, na promoção do turismo histórico, cultural e de natureza, na criação de emprego cultural, na promoção da cultura como fator de desenvolvimento, progresso e prosperidade.

As propostas que fazemos não alteram o equilíbrio das contas públicas, porque efetuam apenas uma reafetação, mais justa e equitativa, dos mesmos recursos a diferentes entidades.

Por essa razão, exigimos que o Estado Português se digne a providenciar:

1. que toda a receita da Derrama gerada especificamente pela energia produzida nas barragens do Douro Internacional seja entregue aos municípios onde essas barragens se localizam;
2. que os municípios de Miranda do Douro e Mogadouro possam receber as receitas do IMI e do IMT conexos com a titularidade das barragens;
3. que todos os terrenos que foram expropriados pela construção das barragens e não são indispensáveis à sua exploração atual sejam entregues às autarquias locais;
4. que todas as receitas fiscais que o Estado vai receber pela negociação da concessão das barragens do Douro Internacional sejam aplicadas diretamente nas regiões em que os recursos naturais são explorados;
5. que uma parte do IRC e do IVA gerada pela riqueza produzida nessas barragens seja entregue às populações das regiões onde se localizam os recursos que a produzem, revendo-se o atual modelo de financiamento dos municípios;
6. que a Taxa de Recursos Hídricos cobrada pelo Estado relativamente à utilização dos recursos fluviais na Terra de Miranda seja devolvida aos municípios, para ser utilizada na reposição ambiental, nomeadamente no que toca às pedreiras a céu aberto, à recuperação do património

construído que se encontra abandonado e à recuperação ambiental das margens do rio, junto às barragens;

7. que se determine em que condições foi renovada a concessão das barragens do Douro Internacional e qual o valor em que o Estado com ela beneficiou;

8. que se apure o valor das rendas devidas ao Estado e às autarquias pelos concessionários, bem como quem são todas as entidades que beneficiam desses recursos financeiros;

9. que os recursos financeiros antes referidos sejam afetos aos seguintes investimentos:

- a. o estudo, valorização, promoção, preservação e comunicação do património cultural da Terra de Miranda, em todas as expressões, materiais e imateriais, que o constituem, capacitando, profissionalizando e incrementando o emprego cultural na Terra de Miranda;
- b. o estudo, preservação, valorização e promoção da Língua Mirandesa, criando-se um fundo específico para esse fim;
- c. a recuperação do património monumental da Terra de Miranda;
- d. o efetivo apoio às entidades locais que lutam para manter a realização de eventos e atividades de índole artística e cultural;
- e. a criação de um Observatório de Atividades Culturais que estude o impacto económico e social das mesmas;
- f. o investimento na educação e qualificação dos jovens da Terra de Miranda.

Manifesto Cultural de la Tierra de Miranda²

Os assinantes abaixo apuntados, agentes culturais de la Tierra de Miranda, quieren, por meio deste manifesto, spertar l Paíç para la correçon de ua grabe, i seguida, anjustícia que precisa mui de brebe ser remendada.

Fui hai mui pouco tiempo anunciado que la Comisson Ouropeia cunseñtiu la venda de seis barraiges de Trás de ls Montes, três de las quales stan no termo de la Tierra de Miranda, ne ls cunceilhos de Miranda i de Mogadouro. L preço de la venda anunciado ye de 2210 melhones d'ouros.

La produçon destas três barraiges representa arrimado a la tércia parte de la produçon de letecidade heidroelétrica total de la cuncessionaira. Cumo tal, trata-se de grandes ounidades andustriales i que an muito ayudan a la riqueza i prosperidade de l nuosso paíç.

Dessa riqueza muitos gánhan, mormente:

1. La ampresa cuncessionaira de la sploraçon de las barraiges, por las ganáncias que anho atrás d'anho producen estes eiquipamentos i pul más balor que bai a recibir cun la venda de las cuncessones;
2. L Stado Pertués que bai a cobrar 5% daqueilhes 2210 melhones d'ouros, por bias de l Ampuosto de Selo, por la venda de las barraiges. Esse ampuosto fui siempre receita de la Cámara de Miranda i deixou de ser por decison de l poder central a partir de 2003;
3. L Stado inda bai a recibir l IRC de las ganáncias de la cuncessionaira, resultado desta ouperaçon;
4. Inda l Estado, al tener ganáncias de cientos de melhones de ouros de l IVA de la venda d'eiletricidade produzida por estas barraiges.
5. Suobre essas ganáncias recaí tamien la Derrama Municipal, que ye receita de las cámaras. Mas, cumo essa receita ye repartida an fuñon de la soma de las pagas i de las moradas de ls trabalhadores i la cuncessionaira ten mui poucos trabalhadores na Tierra de Miranda, la receita bai quaije que toda para la Cámara de Lisboua;
6. La Agência Pertuesa de l Ambiente, que cobra ua taxa a la cuncessionaira, chamada de Taxa de Recursos Hídricos, an fuñon de l número de metros cúbicos que pássan por estas barraiges;
7. L Fundo Ambiental, para quien bai metade de las receitas daqueilha taxa, ye quien ten por oubrigaçon de reponer l eiquelíbrio eicológico de las bordas de l riu;L Stado recibe por anho centenas

² La Tierra de Miranda ye ua antidade stórica, geográfica i cultural, cujo território abarca, grosso modo, ls atuales cunceilhos de Mogadouro, Miranda de l Douro, parte de ls cunceilhos de Bumioso i Frezno de Spada a la Cinta i tamien alguas lhocalidades de ls munecípios de Bergância i de Macedo de Cabalheiros. La sue eidantidade i la sue ounidade apoian-se, antre muitos outros eilemientos quemuns, an modos de bida, tradiçones, manifestaçones culturales, ne l falar i ne l sentir que, al lhongo de ls seclos, cunfigurórun formas culturales específicas de star, de ber i de sentir l mundo.

de melhones d'ouros de l IBA de la benda de la leticidade produzida por estas barraiges.

Desta riqueza produzida puls recursos naturales de la Tierra de Miranda, nada sobra para las gentes desta Tierra, a nun ser un mui pequerrico balor de Derrama Munecipal.

Este modelo de l ancanhar de toda la riqueza produzida na Tierra de Miranda para Lisboua nun ye justo de debe de ser andreitado.

Acrecenta-se que ls custos de la cunstruçon i de la sploraçon destas obras son, na sue maior parte, aguantados puls mirandeses, cumo por eisemplo:

1. Ls trompaços ambientales de la cunstruçon de las barraiges.

a. No centro de la cidade de Miranda inda hai ua grande fóia cun cientos de metros de fundura i lhargura, por bias de se haber arrincado la piedra de maneira andustrial para la cunstruçon de las barraiges i que inda hoije sigue sendo muito l peligro, tanto para la sigurança cumo para la salubridade públicas. Este atentado eicológico debe de ser reparado cun ourgência. An Bempuosta tamien hai ua pedreira a cielo abierto, que nunca fui requalificada;

b. Las infraestruturas i cunstruções que serbírun de staleiro a la cunstruçon de las barraiges. An Miranda hai muitas casas abaldonadas i muitas stradas i caminos deixados al abaldono, que se transformórun an fatores de deterioraçon ambiental i de peligro para la siguraça de las populações. Muitas destas casas ténen materiales peligrosos, nomeadamente amianto;

c. An Picuote, inda hai, afinconadas nas arribas, struturas de ajuda a la cunstruçon de la barraige abaldonadas yá quantá. Más grabe inda ye l stado de abaldono an que la ampresa cuncessionaira deixou l lhugar cunstruido para abrigar ls trabalhadores de las barraiges, chamado Barrocal de l Douro. Este patrimonio classificado pul Stado Pertués cumo *Conjunto de Interesse Público*, tenendo an cuenta la menumentalidade i qualidade arquetónica de l eideficado, cunsiderado cumo un de ls poucos eisemplos de la arquetura andustrial moderna an Pertual, de que ye eisemplo, l Bárrio de ls Angenheiros i outro patrimonio eideficado, ten sido oubjeto de studo por scolas de arquetura pertuesas, mas stá hoije abaldonado i an deterioraçon grabe;

2. Fúrun muortos para siempre ls eiquelíbrios eicológicos firmados durante miles d'anhos, nas Arribas de l Douro.

3. Fúrun roubados terrenos de grande balor agrícola, an nome de l zambuolbimiento que solo sirbe l antrese dalguns i nó de las quemunidades que siempre ls guardórun;

4. La paisiage quedou para siempre marcada pulas infraestruturas associadas a la produçon de leticidade, assi cumo l sou transporte para ls grandes centros, sendo que las lhinhas de alta tenson i las sues struturas modificórun de maneira marcante la paisiage de las Arribas de l Douro.

Ls assinantes deste Manifesto antenden que este paradigma nun ye justo. Nien solo porque la riqueza nacida de ls recursos de la Tierra de Miranda ye lhebada, a bien dezir toda, pal Stado Central i para Lisboua, cumo tamien porque

I Stado Central nunca se aflegiu an repartir las custas destas obras, reparando las moléstias ambientais i eiquenómicas de la Tierra de Miranda.

Quando las barraiges fúrun feitas, I cuncessionairo de anton (*Hidro-Elétrica do Douro*) beneficiou las populaçones cun scolas, spitales, casas i outro patrimonio, cumo contrapartida por la cunstruçõn. La lei reinante nesse tiempo, Lei n.º 2002/1944, de 26 de dezembro, treminaba que *sobre a importância da renda relativa à produção incidirá o adicional de 20 por cento destinado às câmaras municipais dos concelhos onde estejam situadas as obras de aproveitamento, a repartir entre elas na proporção, tanto quanto possível, do valor das expropriações ou compras de imobiliários efectuadas nas respectivas áreas* correspondiente a ua maquila de 0,6% de las ganâncias de benda de l'einergie produzida, que, neste antretiepo, deixou de ser paga.

Nas últimas dezenas d'anhos, dou-se un mobimento de centralizaçõn que acabou, a bien dezir, cun quaije todos ls postos de trabalho criados pa la sploraçõn de las barraiges, de ls poucos benefícios que las barraiges traírun pa la Tierra de Miranda.

L Stado dou la cuncessõn de las barraiges durante 30 anhos, que yá muito passórun, sien que tengan sido tornadas a dar a las populaçones a quien pertencen i sien que a eilhas l tengan dado notícia. Al renovar la cuncessõn, l Stado ten por oubriçaõn oubir las populaçones, saber de ls sous deseios i preocupaçones i ancluir-los nas negociaçones a fazer cun l(s) potenceial(es) nuobo(s) cuncessionairo(s).

L Stado Democrático ten tebido la peocupaçõn cun l zambuolbimento de Pertual d'andrento, la ounion territorial, la solidariedade antreterritotioal. Trata-se de ua preocupaçõn de justiça i de eiquidade, cun la qual ls assinantes stan d'acuerdo. An todo l causo, la berdade, ye que, até hoije, neste causo, la rialidade tem sido cuntraira a estes einunciados.

Mas l Stado Democrático stará siempre çponible para fazer crecer la solidariedade, la ancluson i la justiça, pul que ls assinantes deste manifesto stan cumbencidos de que ls uorganos i representantes democraticamente eilegidos de l nuosso paíç stan cumprometidos an promover la cunstruçõn de ua sociedade más justa i eiquitatiba.

A estas dues anjustícias, de natureza eiquenómica i ambiental, que precísan de ser remendadas, acrescentan-se más dues – ua anjustícia cultural i ua anjustíscia stórica.

L Stado decediu, an 1999, por meio de la Lei 7/99, de 29 de janeiro, reconhecer *“ls dreitos lhenguísticos de la quemunidade mirandesa”* e *“l dreito de fazer crecer i promover la lhéngua mirandesa, anquanto patrimonio cultural, anstrumento de quemunicaçõn i de refuorço de eidentidade de la Tierra de Miranda”*. Mas, passados binte i un anhos, nun houbo un ambestimento sério na sue promoçõn, reforço de eidentidade i, suobretudo, na sue outelizaçõn cumo anstrumento de quemunicaçõn.

Nun hai ajudas nien ambestimento a la ambestigaçõn científica i eiducatiba que la própia lei apunta, de l mesmo modo que, a bien dezir, nada se fizo para l sou uso por las anstituïones públicas de la Tierra de Miranda.

La Lhéngua Mirandesa nun ye solo ua lhéngua de ls mirandeses. Ye tamien ua lhéngua de Pertual i de todos ls pertueses, un patrimoño precioso de que l Paíç debe de tener muita proua. La cultura fai parte de la eiquenomie i ye siempre an ambestimento mui rentable i gerador de riqueza i zambuolbimento.

No tiempo antes de la democracie, la Lhéngua i la Cultura mirandesas eran puostas de lhado i arresquinadas pul poder de anton. La democracie acabou cun essas prácticas, mas la falta de ambestimento pouco melhorou las cousas.

La Lhéngua i la Cultura mirandesas solo ténen suobrebibido, neste cuntesto de adbersidade, pul sfuorço berdadeiramente heiróico de ls agentes culturales locales, associações i pessonas andebibiduales, que ténen mantenido bibo todo un patrimoño cultural de l qual son seinhas, tamien nacionales, ls Dançadores, la Gaita de Fuolhes i que ten ne ls trajjes, saberes i modos de fazer, ne ls quelóquios, nas cuontas, tradições i rituales ancestrales antre outros eilementos, un manhuço de balores que precisa dun ambestimento i balorizaçon digna por parte de l Stado, resguardadas nua política cultural decentralizada, democrática i eiquitatiba. A eilhes debemos que la Lhéngua i la Cultura de la Tierra de Miranda se téngan streformado, nos dies d'hoije, nua grande proua de todos ls mirandeses mas ye necessairo un ambestimento que dignifique la funcion de l Stado, a quien cabe ua política cultural, que ten de ser anclusiba.

Por fin, ua anjustícia stórica. Miranda fui bastas bezes çtruída por defender la andependência de Pertual. Cumo stá documentado, Miranda fui de las purmeiras praças melitares a defender la andependência de Pertual, tanto no transtorno de 1383/85, de 1640, i de 1711 resultando na muerte de muitos de ls nuossos antepassados. Mas, apuis de l último sbarrulho de la cidade, an 1762, la recunstruçon, que chegou a ser zenhada i planeada, nunca saliu de l papel i la cidade fui deixada al abaldono cumo un sbarrulho. L Paíç, que ye l motibo dessa çtruiçon, nunca fui capaç de recusntruir l patrimoño sbarrulhado. Ye necessairo amanhar esta anjustícia i recunstruir l patrimoño monumental de la cidade.

La Tierra de Miranda ye Pertual, i siempre será, cumo siempre scuolhiu ser. Ls dous tratados fundadores de la nacionalidade, l Tratado de Çamora i l Tratado de Alcanhiças, fúrun assinados a las puortas de Miranda. Un fizo de Pertual un Reino, l outro marcou la Raia que inda hoije tenemos. Mas se pensarmos an tratados cun amplicações mundiales, tamien eiqui acerca se retalhou l mundo an dous: fui an Tordesilhas. De todos estes tratados Miranda ye teçtemunha i parte antressada zde la purmeira hora.

Miranda, que sufriu las delores de nacência i de la eisistência de Pertual, nun se speilha nestas quatro anjustícias, eiquenómica, ambiental, cultural i stórica. Por bias disso, acunseilha que eilhas seian andreitadas, cun isso se promobendo ua berdadeira justícia territorial, harmonizaçon i solidariedade.

Nós, que somos tamien representantes de la Cultura de la Tierra de Miranda i anterpretamos la denidade dun pobo, queremos que seia demudado l modelo de partilha de la riqueza criada no nuosso território, puls recursos que son próprios de ls sous habitantes.

Apreonemos que la riqueza produzida por la sploraçon de ls nuossos recursos, seia aplicada diretamente na nuossa cultura, na recuperaçon de l patrimonio monumental, na promoçon de l turismo stórico, cultural i de natureza, na criaçon de amprego cultural, na promoçon de la cultura cumo motor de zambuolbimento, progresso i bien star; i que puoda tamien serbir para la regeneraçõn de la paisaige i la sustentabilidade ambiental de la nuossa paisaige natural.

Las prepuostas que fazemos nun demudan l eiquelíbrio de las cuentas públicas, porque solo fázen ua reafetaçon, más justa i eiquitatiba, de ls mesmos recursos a bárias antidades públicas.

Por bias disso, i de maneira cenzielha, animamos la giente a reclamar i l Stado Pertués a determinar:

1. que todas las receitas fiscales que l Stado bai a recibir pula negociaçon de la cuncessõn de las barraiges de l Douro Anternacional tórnen a las populaçõnes que son las amas desses recursos naturales.
2. que las câmaras de Miranda i de Mogadouro puodan recibir las receitas de l IMI i de l IMT conexos cun la titularidade de las barraiges;
3. que todos ls terrenos que fúrun spropiados por la cunstruçõn de las barraiges i hoije yá nun son precisos para la sploraçon, tórnen al poder de las câmaras;
4. que toda la receita de la Derrama nacida por bias de la produçon de la letecidade nas barraiges de l Douro Anternacional seia antregue solo a las câmaras de ls cunceelhos adonde eilhas stan;
5. que parte de l IRC i de l IBA nacidos por bias de la riqueza produzida nessas barraiges seia antregue a las populaçõnes adonde stan ls recursos que la producen, demudando l atual modelo de financiamento de las câmaras;
6. que la taxa de Recursos Hídricos cobrada pul Stado relativamente a la outelizaçon de ls recursos flubiales na Tierra de Miranda retorne a las câmaras, para ser usada na reposiçon ambiental, mormente no que toca a las pedreiras a cielo abierto, na recuperaçon de l patrimonio cunstruído que stá al abaldono i na recuperaçon ambiental de las bordas de l riu al pie de las barraiges;
7. que se puoda saber an que cundiçõnes fui renobada la cuncessõn de las barraiges de l Douro Anternacional i qual l balor de que l Stado se apropiou;
8. que ls mirandeses seian abisados suobre l tiempo de cuncessõn destas barraiges;
9. que se apure l balor de las rendas debidas al Stado i a las câmaras puls cuncessionarios, assi cumo todo l ganho que l Stado recibe an rendas i an todas las décimas, an relaçon a la sploraçon de las referidas barraiges i a la repartiçon de la letecidade que producen, assi cumo quien son todas las antidades que sacan benefícios desses recursos financeiros;
10. que todos ls recursos financeiros antes apuntados téngan cumo fin ls seguintes ambestimentos:
 - a. L studo, balorizaçon, promoçon, manutenéncia i comunicaçon de l patrimonio cultural de la Tierra de Miranda, an todas las suas spressones, materiales i eimateriales, que l dan forma, tornando capaç, profissionalizando i promobendo l trabalho cultural na Tierra de Miranda;

- b. L estudo la manutenéncia, la balorizaçon i la promoçon de la Lhéngua Mirandesa, criando-se un fundo solo para esse fin;
- c. La recuperaçon de l patrimoño monumental de la Tierra de Miranda;
- d. La ajuda, de beras, a las antidades locais que lhuitan para manter la rializaçon de atebidades i eibentos de natureza cultural i artística;
- e. La criaçon dun Oserbatório de Atebidades Culturales que stude las consequéncias eiquenómicas i sociais de las mesmas;
- f. L ambestimento na eiducaçon i qualificaçon de ls jobes de la Tierra de Miranda.

Subscritores:

Por ordem alfabética

Coletivos

ALCM - Associação da Língua e Cultura Mirandesas
Associação Cultural e Recreativa de Ifanes
Associação Cultural e Recreativa de Malhadas - TODAS
Frauga - Associação para o Desenvolvimento Integrado de Picote
Galandum Galundaina - Associação Cultural
La Çaramontaina - Associação Cultural
Lérias Associação Cultural
MasChocalheiro - Associação de Bemposta
Pauliteiros de Fonte de Aldeia

Individuais

Abílio Topa
Aníbal Fernandes
António Canguero
Balbina Mendes
Belmiro Ferreira
Dinis Meirinhos
Domingos Raposo
Henrique Fernandes
José Maria Pires
Nuno Preto
Pedro Pereira
Sara Mendes